

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**OBJETIVO:**

Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC no que tange a este processo, cujo objeto é: **AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE), CONFORME FAIXA C DO DNIT PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE ITAJAÍ.**

Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal de Obras

I – INFORMAÇÕES GERAIS**1. Equipe de Planejamento**

Nome	Cargo/função	Matrícula	E-mail
Letícia Isabela Santos	Agente em atividades administrativas	2440501	leticia.santos@itajai.sc.gov.br
Ana Paula Pelegrini	Assessor I	1097803	Ana.pelegrini@itajai.sc.gov.br
Paulo Ricardo da Silva	Assessor I	1629502	Paulo.ricardo@itajai.sc.gov.br

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL**2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).**

A Secretaria Municipal de Obras do Município de Itajaí é responsável pela execução contínua de serviços de pavimentação, manutenção, conservação e recuperação da malha viária urbana e rural, atividades essenciais para garantir a segurança viária, a mobilidade urbana e a adequada prestação dos serviços públicos à população.

Embora o Município disponha de usina própria para produção de CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), destinada ao atendimento das demandas regulares de pavimentação e manutenção das vias, verifica-se a necessidade de assegurar alternativa complementar de

fornecimento externo do material. Tal necessidade decorre do fato de que a capacidade produtiva da usina municipal pode, em determinadas situações, tornar-se insuficiente para atender a picos de demanda, bem como pode haver indisponibilidade temporária em razão de manutenções programadas falhas operacionais, interrupções emergenciais ou outros imprevistos.

A ausência de fornecimento complementar de CBUQ nessas situações pode comprometer a continuidade dos serviços essenciais de manutenção viária impactando negativamente a segurança e a fluidez do tráfego.

Dessa forma, a contratação futura e eventual de CBUQ apresenta-se como solução preventiva e estratégica, com a finalidade de constituir reserva técnica e operacional que garanta a imediata resposta do Município às demandas emergenciais ou extraordinárias, assegurando a regularidade, a eficiência e a continuidade dos serviços de conservação do pavimento asfáltico.

Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Esta contratação consta no Plano Anual de Contratações.

3. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

3.1. A empresa licitante, deverá, além de fornecer o item descrito neste Estudo Técnico, ainda, observar os seguintes critérios:

- 3.1.1.** Possuir o local de fornecimento, regularmente instalado, bem como, dentro do raio de 50 km (cinquenta quilômetros) da sede da Secretaria Municipal de Obras, e que atende aos critérios ambientais legais, vigentes;
- 3.1.2.** Considerando que caberá a Secretaria Municipal de Obras ir ao local para carregar o material, que inclusive deve ser aplicado de imediato nos locais, e evitando maior onerosidade à Administração Pública com quanto ao consumo de óleo diesel (frota própria) ou custeio de horas (caso os caminhões sejam terceirizados), é necessário

limitar o local de fornecimento do material a um raio de 50 km (cinquenta quilômetros) da sede da Secretaria Municipal de Obras;

3.1.3. A restrição de 50 km (cinquenta quilômetros), da sede da Secretaria Municipal de Obras, observa os princípios da razoabilidade e economicidade, sem prejuízo a competitividade, visto que o raio de distanciamento em questão, abrange os seguintes Municípios: Balneário Camboriú, Camboriú, Navegantes, Penha, Balneário Piçarras, Gaspar, Brusque, Itapema, Tijucas, Barra Velha, Luiz Alves, São João do Itaperiú, Porto Belo e Ilhota.

3.1.4. Para fins de esclarecimento, o local de fornecimento difere do local da sede da matriz ou filial da empresa.

3.1.5. Possuir responsável técnico do produto, inscrito no CREA.

3.1.6. O prazo da contratação será pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado na forma da lei.

4. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

ITEM	Descrição	QTD	UNI. MED.
01	USINAGEM DE MASSA ASFÁLTICA (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE) - CBUQ CAP 50/70	5.000,00	TON

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

5. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Para subsidiar a definição da solução mais adequada, foram analisadas três alternativas possíveis para o atendimento da necessidade: estoque estratégico mínimo de insumos ou de mistura asfáltica, formalização de acordos de cooperação com municípios vizinhos ou entidades públicas que disponham de usinas asfálticas operacionais e contratação de CBUQ junto a fornecedores privados, por meio do Sistema de Registro de Preços.

A opção de estoque estratégico mínimo de insumos ou de mistura asfáltica, embora ofereça previsibilidade administrativa, a formação de estoque estratégico apresenta limitações técnicas relevantes, tendo em vista que o CBUQ possui características perecíveis e restrições quanto ao tempo e às condições de estocagem, além de demandar custos adicionais com armazenamento, controle e possível perda de material.

A alternativa de formalização de acordos de cooperação com municípios vizinhos ou entidades públicas que disponham de usinas asfálticas operacionais, possibilitando o fornecimento emergencial de CBUQ em situações excepcionais. Os acordos de cooperação, embora possam representar solução complementar, dependem da disponibilidade operacional de terceiros, não assegurando fornecimento imediato ou contínuo em situações de maior demanda, o que pode comprometer a previsibilidade e a eficiência da resposta administrativa.

Já a opção de contratação de CBUQ junto a fornecedores privados, por meio do Sistema de Registro de Preços, demonstrou-se técnica e economicamente mais vantajosa, por permitir atendimento contínuo e eventual, conforme demanda real, assegurando padronização do item, flexibilidade no consumo, maior competitividade entre fornecedores e redução de custos decorrente da compra planejada e de maior volume agregado. Além de permitir o acionamento imediato do fornecimento sempre que a capacidade produtiva da usina própria se mostrar insuficiente ou indisponível.

Para a realização do levantamento de preços e análise mercadológica, foram consultados fornecedores locais e regionais por meio de orçamentos eletrônicos enviados às empresas atuantes no segmento e pesquisas em portais de compras públicas. As informações obtidas demonstram ampla oferta de mercado e consolidam o Registro de Preços como solução mais eficiente, segura e vantajosa para o atendimento das necessidades da Secretaria de Obras.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O custo estimado, para o período de 12 (doze) meses, é de **R\$ 1.966.400,00** (um milhão, novecentos e sessenta e seis mil e quatrocentos reais).

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Diante desse contexto, conclui-se que a contratação futura e eventual de CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), por meio do Sistema de Registro de Preços, revela-se a solução tecnicamente mais adequada e economicamente mais vantajosa para mitigar o risco de desabastecimento de material asfáltico em decorrência de eventual paralisação total ou parcial da usina municipal. Essa modalidade de contratação permite à Administração dispor de fornecedores previamente habilitados e preços registrados, possibilitando o acionamento imediato do fornecimento conforme a necessidade operacional, sem a obrigatoriedade de consumo integral dos quantitativos estimados.

Além disso, o Sistema de Registro de Preços assegura maior previsibilidade orçamentária, reduz a necessidade de contratações emergenciais, normalmente mais onerosas e restritivas à competitividade, e proporciona flexibilidade na gestão dos serviços de manutenção e conservação da malha viária. Dessa forma, a solução adotada contribui para a continuidade dos serviços públicos essenciais, a mitigação de riscos operacionais e o atendimento eficiente das demandas extraordinárias, em plena conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Quanto ao parcelamento da contratação, avaliou-se a viabilidade técnica e econômica de dividir o objeto em parcelas ou lotes distintos. O objeto em análise refere-se à aquisição futura e eventual de CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), material de natureza comum, padronizado e amplamente disponível no mercado, cuja especificação técnica é definida pelas normas do DNIT, especialmente a Faixa C, não havendo diferenciação relevante que justifique o fracionamento do objeto em itens ou lotes distintos.

Além disso, o parcelamento da contratação não se mostra tecnicamente recomendável, tendo em vista que a fragmentação do fornecimento pode comprometer a padronização do material, dificultar o controle tecnológico, aumentar a complexidade da gestão contratual e elevar os custos operacionais decorrentes da multiplicidade de fornecedores. Ressalta-se, ainda, que o Sistema de Registro de Preços, por sua própria natureza, já permite o fornecimento de forma parcelada ao longo da vigência da ata, conforme a necessidade da Administração, sem a obrigatoriedade de aquisição imediata ou integral dos quantitativos estimados.

Dessa forma, conclui-se que não é recomendável o parcelamento do objeto, devendo a contratação ocorrer de forma unificada, em item único, por meio do Sistema de Registro de Preços, preservando-se a padronização técnica do material, a eficiência da gestão contratual e a economicidade da contratação, em conformidade com o interesse público.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Com a pretensa contratação se almeja resguardar os períodos em que a Usina de Asfalto estiver em manutenção por força do contrato 307/2025. A última contratação foi feita por registro de preços, ARP nº172/2024 e pregão eletrônico nº 188/2024.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, espera-se, com a adoção da contratação futura e eventual de CBUQ por meio do Sistema de Registro de Preços, assegurar que o Município de Itajaí não permaneça desguarnecido quanto à disponibilidade de material asfáltico necessário à execução dos serviços de manutenção, conservação e recomposição das vias públicas.

Como resultado pretendido, busca-se garantir a continuidade dos serviços públicos essenciais, evitando interrupções decorrentes de eventual paralisação total ou parcial da usina municipal. A solução adotada permite o melhor aproveitamento dos recursos humanos, ao assegurar que as equipes operacionais permaneçam plenamente produtivas, sem paralisações por falta de insumos, e dos recursos materiais e financeiros, ao possibilitar aquisições sob demanda, com preços previamente registrados e sem a formação de estoques excessivos ou perecíveis.

Dessa forma, a contratação contribui para maior eficiência na gestão da infraestrutura viária, otimização dos recursos públicos disponíveis e o atendimento às demandas da secretaria municipal de Obras, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Por se tratar de aquisição de material comum, de baixa complexidade técnica e sem necessidade de adequações físicas ou capacitações específicas, não se identificam providências extraordinárias a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato.

Serão observadas apenas as etapas administrativas usuais, em conformidade com a legislação vigente, consistentes na validação técnica do Termo de Referência e demais documentos de planejamento, na emissão da reserva orçamentária correspondente ao valor estimado, além da verificação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da futura contratada.

A execução contratual ocorrerá mediante emissão de Nota de Empenho e será acompanhada por servidor designado, responsável por atestar a conformidade do material entregue.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Com a finalidade de mitigar os possíveis impactos ambientais e reduzir os riscos ambientais inerentes à contratação, deverão ser observadas, sempre que aplicável, as normas técnicas vigentes

elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como as especificações técnicas do DNIT, assegurando que o material fornecido atenda aos padrões de qualidade, desempenho e segurança ambiental.

Adicionalmente, deverá ser exigido que os fornecedores possuam licenciamento ambiental válido para a operação de suas usinas e para o transporte do material, em conformidade com a legislação ambiental aplicável.

No âmbito da execução contratual, deverão ser adotadas medidas mitigadoras como o controle de emissões durante o transporte, a utilização de veículos em condições adequadas de manutenção, a adoção de procedimentos que evitem desperdícios de material e a correta destinação de resíduos eventualmente gerados. Dessa forma, a contratação contribui para a minimização dos impactos ambientais, promovendo a sustentabilidade e o atendimento ao interesse público, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade ambiental.

14. Responsáveis pela Elaboração do ETP INTEGRANTE TÉCNICO

INTEGRANTE TÉCNICO
<p>Documento assinado digitalmente</p> <p> ANA PAULA PELEGRINI Data: 17/12/2025 08:48:50-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p> <p>Ana Paula Pelegrini</p> <p>Matrícula nº 1097803</p>

INTEGRANTE TÉCNICO
<p>Documento assinado digitalmente</p> <p> LETICIA ISABELA SANTOS Data: 17/12/2025 08:21:30-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p> <p>Letícia Isabela Santos</p> <p>Matrícula nº 2440501</p>

INTEGRANTE TÉCNICO
<p>Documento assinado digitalmente</p> <p> PAULO RICARDO DA SILVA Data: 17/12/2025 08:07:04-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p> <p>Paulo Ricardo da Silva</p> <p>Matrícula nº 1629502</p>

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Itajaí/SC, 12 de novembro de 2025.

TARCIZIO
ZANELATO:37884131900

Assinado de forma digital por
TARCIZIO
ZANELATO:37884131900
Dados: 2025.12.17 08:05:19 -03'00'

TARCIZIO ZANELATO

Secretário de Obras